



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

- 1 - Sol, 12-06-2009, Governo deixa cair BPP e prepara novo fundo
- 2 - Diário Económico, 12-06-2009, Grandes bancos mantêm dúvidas sobre solução para os clientes do BPP
- 3 - Diário Económico, 12-06-2009, Justiça vai ouvir Dias Loureiro até 15 de Julho
- 4 - Sol, 12-06-2009, Obrigado a explicar nacionalização
- 5 - Vida Económica, 12-06-2009, A poeira
- 6 - Vida Económica, 12-06-2009, Vigilância democrática
- 7 - Vida Económica, 12-06-2009, Constâncio quer mais exigências para criação de um banco
- 8 - Diário Económico, 12-06-2009, Bancos à espera da solução do Governo para clientes do BPP
- 9 - Jornal de Notícias, 12-06-2009, Clientes do BPP regressam a casa
- 10 - Jornal de Negócios, 12-06-2009, O BPP, Louçã e os riscos sistémicos
- 11 - Jornal de Negócios, 12-06-2009, Accionistas contestam penhor sobre bens do BPP
- 12 - Jornal de Negócios, 12-06-2009, Caso BPN no Parlamento
- 13 - Jornal de Negócios, 12-06-2009, Editorial - O que anda a Justiça a fazer?
- 14 - Diário de Notícias, 12-06-2009, Marcelo critica moção de censura do CDS
- 15 - Diário de Notícias, 12-06-2009, "Estou enterrado a 100% com as minhas poupanças" - Entrevista a Durval Padrão



Governo deixa cair **BPP** e prepara novo fundo

Não se justifica a intervenção do Estado no processo de **capitalização** do BPP, defendeu o ministro das Finanças. Evitar a falência está nas mãos dos accionistas

SETE meses depois da primeira intervenção no Banco Privado Português (BPP), o Governo anunciou terça-feira que não irá capitalizar a instituição, cabendo aos accionistas decidir sobre o seu destino.

O banco não apresenta risco sistémico «relevante», o plano da administração liderada por Adão da Fonseca (na foto) viola as regras de Bruxelas de ajudas de Estado e o BPP escondeu das autoridades a garantia que deu aos clientes nos produtos de retorno absoluto, para evitar ter de reforçar o seu capital, argumentou o ministro das Finanças. Por tudo isto, o Executivo entende que quem tem de responder perante os clientes são a anterior administração e os accionistas, e não os contribuintes.

Com o objectivo de minimizar os danos dos clientes, o ministro anunciou a criação de um fundo especial de investimento que absorverá os produtos de retorno absoluto. O fundo ficará sob a gestão de uma entidade independente formada por várias instituições bancárias nacionais que Teixeira dos Santos se recusou a enumerar. E não será dada garantia estatal aos novos instrumentos.

As condições de remuneração,

reembolsos e prazo das novas unidades de participação desse fundo só serão conhecidas mais tarde.

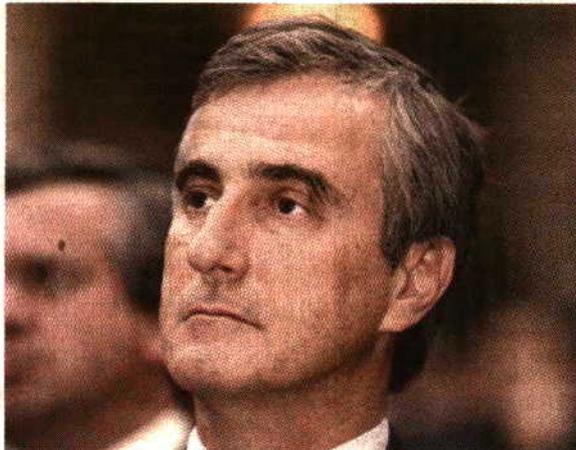
«Tudo visto e ponderado», o Governo entendeu que o plano que foi apresentado não deveria merecer «a **assumpção de responsabilidade por parte do Estado**», afirmou o primeiro-ministro, José

ainda que os produtos de retorno absoluto não são depósitos, pelo que não se encontram cobertos pelo Fundo de Garantia de Depósitos, mas sim pelo Sistema de Indemnização ao Investidor. Este mecanismo garante a cobertura dos montantes devidos aos investidores por intermediários financeiros sempre que estes não tenham capacidade para os restituir. No máximo, cada investidor recebe 25 mil euros.

Teixeira dos Santos negou também que no processo do BPP tenha havido falhas de supervisão por parte do Banco de Portugal. Defendeu, contudo, que houve crimes, nomeadamente operações fictícias e falsificação contabilística.

Depois de conhecida a decisão do Governo, a administração do BPP mostrou-se disponível para continuar a trabalhar com as autoridades para que as soluções sejam concretizadas «no mais curto espaço de tempo».

Os clientes do banco, pela voz do representante Jaime Antunes, mostraram-se «insatisfeitos» com a decisão do Executivo, considerando «lamentável» o tratamento diferenciado que receberam face aos clientes do BPN.



JORNAL DE NEGÓCIOS

Retorno Absoluto não são depósitos; estão cobertos por sistema de indemnização

Sócrates. «Fizemos aquilo que devíamos: garantir os depósitos e também arranjar uma solução para os clientes que tinham activos no chamado retorno absoluto», notou o governante.

Teixeira dos Santos explicou

DESTAQUE SOLUÇÃO PARA O BPP

Grandes bancos mantêm dúvidas sobre solução para os clientes do BPP

Desde a reunião de dia 1, em que principais bancos chumbaram a proposta, não terá havido novo contacto do Governo. Gestão do fundo em aberto.

Maria Ana Barroso e Sandra Almeida Simões
maria.barroso@economico.pt

A disponibilidade dos principais bancos nacionais para gerir os activos de retorno absoluto dos clientes do Banco Privado Português (BPP) continua em dúvida. Sobretudo porque, segundo soube o Diário Económico, desde a reunião de 1 de Junho, em que as Finanças chamaram as maiores instituições bancárias portuguesas para tentar convencê-las a gerir o fundo dos clientes, não houve mais contactos oficiais.

Isto apesar de Teixeira dos Santos ter referido, na terça-feira, que "os principais bancos do sistema financeiro nacional já foram contactados e mostraram disponibilidade para criar essa entidade". Na última reunião, de dia 1, os bancos terão sido praticamente unânimes em dar uma resposta negativa, não só à possibilidade de gerir o fundo como em assumirem o risco da carteira de activos, hipótese entretanto afastada pelo Governo.

Como refere fonte de uma das principais instituições, "é praticamente impossível" os bancos assumirem a gestão de activos associados ao BPP. Sobretudo se não estiverem envolvidos em número considerável. Um responsável de outro dos principais bancos garante que, desde a reunião de dia 1 (em que a banca chumbou a proposta do governo), não houve novos contactos. Uma ausência de novos encontros que, segundo soube o Diário Económico, será

comum aos restantes grandes bancos. Fonte oficial do BCP esclarece: "estamos a estudar mas para o BCP só fará sentido se envolver todos os bancos que financiaram o BPP".

Nenhum dos restantes bancos nacionais (CGD, BES, BPI e Santander Totta) quis oficialmente comentar. Fora dos principais bancos, instituições como o Montepio Geral e o Crédito Agrícola estarão igualmente de fora. Este último, que fez parte do consórcio que financiou em 450 mi-

um fundo que gira os activos detidos pelos clientes através dos produtos de retorno absoluto contratados com o BPP no passado. E pelo accionamento do Sistema de Indemnização aos Investidores (ver página 6) para ressarcir em até 25 mil euros os mesmos clientes, a quem foi prometida uma garantia de capital, pelo diferencial entre o que investiram e o que valem hoje esses activos.

Governo quer solução rápida

A julgar pela posição dos bancos e pela ausência, pelo menos até agora, de novos contactos com o Governo, o processo poderá ter ainda passos importantes para dar. O Governo quer, no entanto, celeridade. O arranque da solução para os clientes do BPP irá acontecer ainda durante o Verão, altura em que os investidores de retorno absoluto deverão ser ressarcidos, em até 25 mil euros, e que deverá estar operacional o fundo de gestão de activos. "Não será necessário esgotar o prazo de 1 de Setembro", garante o Ministério das Finanças ao Diário Económico. "Esperamos nos próximos dias ter concluído o trabalho em curso de execução do modelo de solução", acrescenta.

Também o accionamento do SII promete não ser pacífico. Esse dinheiro virá "das contribuições dos respectivos participantes" do SII. Aqui está boa parte dos bancos nacionais. Ora, como noticiou já o Diário Económico, alguns destes poderão mesmo recorrer para tribunal, se o SII for accionado para este efeito. ■

O plano estará em marcha em breve, faltando afinar detalhes técnicos.

lhões de euros o BPP, diz mesmo oficialmente que não fará parte do grupo que vier a gerir o fundo dos clientes. Já o Montepio adianta não ter sido sequer contactado.

Por outro lado, o Diário Económico sabe que, só depois de, em Conselho de Ministros, Teixeira dos Santos ter comunicado a decisão do Governo quanto ao BPP, foram convocados os reguladores (CMVM e Banco de Portugal) e a administração do banco, para lhes ser dada a conhecer a solução decidida. A propósito das reticências dos principais bancos nacionais, as Finanças não quiseram comentar.

A solução apresentada terça-feira pelas Finanças para os clientes do BPP passa pela criação de

AS VERSÕES DO PLANO

● A primeira proposta foi apresentada, numa primeira versão, a 26 de Dezembro de 2008 e, numa versão revista, em 12 de Janeiro de 2009.

● Esta primeira proposta supunha dois cenários para a assunção por parte do Estado da garantia dada pelo BPP: pagamento imediato em 2009 ou pagamento faseado entre 2009 e 2013.

● Depois de vários pedidos de revisão e esclarecimento, o BPP entregou a 19 de Fevereiro, uma segunda proposta para os clientes de retorno absoluto, que passava pela criação de um "instrumento derivado", que "continha dentro de si uma garantia do Tesouro".

● Não tendo merecido o acordo do Ministério das Finanças, a actual administração do BPP apresentou a "proposta alternativa" a 24 de Abril. Incluída na proposta de recuperação e saneamento do BPP, passava pela criação de um fundo especial de investimento e cláusula de "melhor fortuna".

● Dia 9 de Junho, o Governo anuncia a solução, encontrada em conjunto com os supervisores, onde rejeita garantir a totalidade dos investimentos e exclui uma intervenção na capitalização do banco.



Teixeira dos Santos, Silva Pereira e Costa Pina deram a cara no último conselho de ministros, mas coube ao primeiro explicar as linhas gerais do plano.

“Banco

Mesmo sem apoio do Estado, Rendeiro acredita no futuro do BPP.

Maria Ana Barroso
maria.barroso@economico.pt

A ausência de apoio do Estado não significa, necessariamente, o fim do Banco Privado Português (BPP), acredita João Rendeiro, antigo presidente da instituição.

Em declarações ao Diário Económico, o maior accionista do banco garante que "há sempre possibilidades" e recorda a proposta de injeção de 300 milhões de euros no banco. Para Rendeiro, e mesmo sem o apoio financeiro do Estado, "é uma questão de se encontrar uma equipa credível que levante esse

Clientes reúnem-se a 17 de Junho para adopção de novas medidas

Jaime Antunes, porta-voz da associação Privado Clientes, garantiu ao Diário Económico que a decisão anunciada pelo Governo exige a adopção de novas medidas por parte dos clientes. "Os clientes vão reunir-se em Lisboa, a 17 de Junho, para decidir as próximas tomadas de posição", afirmou o também cliente e pequeno accionista do BPP. O responsável diz que o facto de o Governo não garantir a totalidade dos investimentos de retorno absoluto não é mais do que "uma decisão tomada na ressaca eleitoral". "Os



Jaime Antunes, líder da Privado Clientes, e também cliente e pequeno accionista do BPP diz que os clientes "estão a ser usados como arma eleitoral"

clientes estão a ser usados como arma eleitoral e o ministro quis passar a imagem de um político decidido", afirma, acrescentando que a solução apresentada pelo

ministro carece de muitas explicações. Contudo, Jaime Antunes não tem dúvidas: "Na realidade, o Governo andou a gastar o dinheiro dos clientes, a delapidar ainda mais o património já desvalorizado dos clientes". O Governo deveria ter sugerido o accionar da garantia de capital há seis meses, até porque, então, os clientes "estariam em pé de igualdade com todos os outros credores". Agora, defende, serão prejudicados, uma vez que todos os activos foram dados como contra-garantia ao aval do Estado. S.A.S.



PONTOS-CHAVE

Os principais bancos nacionais não foram contactados para gerir o fundo com os activos do retorno absoluto. Alguns manifestam mesmo dúvidas sobre o processo.

Sem o apoio do Estado, o banco fica em dificuldades. No entanto, João Rendeiro, ex-presidente do BPP, acredita que a instituição tem futuro e pode recapitalizar-se.

O economista João Duque questiona a utilização do Sistema de Indemnização aos Investidores e sugere que as regras deste mecanismo sejam alteradas.

Paulo Alexandre Coelho



Privado ainda pode ter solução”

dinheiro”. “É preciso é que haja capacidade de decisão” diz, lembrando que os accionistas do banco não têm, desde há seis meses, qualquer poder sobre a instituição, administrada por uma equipa nomeada pelo BdP.

Questionado sobre se receia a liquidação do BPP, Rendeiro recorda que não era essa, pelo menos, a intenção da administração de Adão da Fonseca.

Quanto à solução desenhada pelas Finanças, apresentada pelo ministro Teixeira dos Santos, que deixa de fora o futuro do banco, apelida-a de “desastrosa”. “Foi alimentada, bem ou mal, uma expectativa, uma ilusão para os investidores; e para os accionistas, obviamente”, refere. “Essa ilusão transforma-se agora numa



João Rendeiro
Ex-presidente
do Banco Privado
Português

“Esta é uma solução desastrosa. Foi alimentada, mal ou bem, uma expectativa, uma ilusão para os investidores; e para os accionistas obviamente. Essa ilusão transforma-se agora numa grande frustração”

grande frustração”, admite.

Apesar disso, desdramatiza o facto de o fundo a ser criado para os activos dos clientes não ter garantia de capital. “Está-se a dramatizar de uma forma excessiva; mais tarde ou mais cedo as pessoas irão receber o seu dinheiro”, garante. E acrescenta que os clientes “não receberão infelizmente tudo à cabeça” mas sim a prazo, com a valorização dos activos.

“Não há um interesse público em que o Estado invista neste banco”, assegurou terça-feira o ministro das Finanças, deixando claro que o futuro do BPP iria depender exclusivamente dos accionistas. Recorde-se que parte da última proposta de Adão da Fonseca, com o apoio

do accionista Privado Holding, passava por uma injeção de 150 milhões por parte do Estado, em conjunto com apoio da banca privada e dos accionistas.

Dúvidas existem agora quanto ao que acontecerá à instituição sem este apoio. Até porque parte relevante dos activos mais valiosos do banco terão sido dados como colateral para o empréstimo de 450 milhões de euros concedido em Novembro por seis bancos e garantido pelo Estado. Nos últimos dias, foi alargado, por mais seis meses, o prazo do empréstimo. Se o BPP falhar o pagamento, é o Estado que responde perante os bancos. O comunicado do BPP de terça-feira deixa claro, entretanto, que está “esgotado o financiamento dos 450 milhões”. ■

DÍVIDA

450 milhões

Este é o valor que o BPP terá de pagar a um grupo de seis bancos que injectou dinheiro na instituição. Este montante foi alvo de um aval do Estado, que está protegido com uma garantia sobre activos do BPP.

DESTAQUE SOLUÇÃO PARA O BPP

Como vai funcionar o plano do Governo

Há ainda muitas dúvidas práticas, mas o Governo já definiu os traços gerais do plano que será posto em marcha.

Sandra Almeida Simões e Maria Ana Barroso
sandra.simoese@economico.pt

O Governo não garante a totalidade dos investimentos de retorno absoluto feitos pelos clientes do BPP e excluiu capitalizar o banco. Ainda assim, o ministro das finanças apresentou uma solução, quer para os clientes com retorno absoluto, quer para os clientes com depósitos. Conheça os vários contornos da solução.

1 QUAL A SOLUÇÃO AVANÇADA PELO GOVERNO?

Não garantindo a totalidade dos investimentos de retorno absoluto feitos por cerca de 1.800 clientes do BPP, o Governo anunciou na passada terça-feira que vai ser criada uma entidade - na prática um fundo - para gestão dos activos que estão subjacentes a essas aplicações, que vão sair da alçada do banco. Quanto à garantia de capital, resta aos clientes reclamá-la junto do banco, eventualmente através dos tribunais.

O ministro das Finanças lembrou que "os depósitos dos clientes estão protegidos nos termos da lei".

2 QUAIS SÃO AS OPÇÕES PARA OS CLIENTES COM PRODUTOS DE RETORNO ABSOLUTO?

Os clientes que tenham subscrito produtos de retorno absoluto podem exigir o seu resgate junto do BPP, não sendo obrigados a participar no novo fundo. Podem ainda activar o SII para cobrir o diferencial entre a aplicação inicial ou prometida e o actual valor de mercado dos títulos ou para serem ressarcidos em caso de o BPP não conseguir pagar. Em alternativa, ou de forma complementar, poderão transferir os seus títulos para a nova sociedade. Nada impede que

recebam unidades de participação no fundo e, em relação ao diferencial entre o que investiram e o que lhes cabe agora, recorram ao SII.

3 O QUE ACONTECE AO TRANSFERIR OS ACTIVOS PARA A NOVA ENTIDADE?

Ficam com unidades de participação no fundo, de montante igual ao valor actual dos seus activos. Podem depois vender as unidades, assumindo perdas mas conseguindo liquidez imediata, ou esperar até à maturidade do fundo, conseguindo mais dinheiro.

4 AS GARANTIAS DE CAPITAL TAMBÉM SÃO TRANSFERIDAS PARA A NOVA ENTIDADE?

Não. A entidade que vai gerir os títulos não ficará obrigada a prestar garantias. Esta garantia só vincula o banco, pelo que é junto deste que o cliente poderá tentar ser ressarcido, embora haja poucas hipóteses de sucesso.

5 E EM CASO DE RESGATE IMEDIATO O ESTADO COBRE AS DESVALORIZAÇÕES?

Não. Caso os clientes optem por resgatar o dinheiro junto do BPP, apenas terão direito a receber o actual valor de mercado dos títulos. Podem também recorrer ao SII,

"O acesso ao SII abrange todos os clientes de retorno absoluto garantido, tenha o investimento atingido ou não a maturidade".

em relação ao diferencial. A administração do BPP está dispensada do cumprimento de obrigações, até 1 de Setembro.

6 QUEM TERÁ ACESSO AO SII?

De acordo com informações das Finanças, o "acesso ao SII abrange todos os clientes de retorno absoluto garantido, tenha o respectivo investimento atingido ou não a maturidade".

7 QUAL O MONTANTE GARANTIDO PELO SII?

Só cobre 25 mil euros de perdas por titular. Ou seja, se a diferença entre a aplicação inicial e o actual valor de mercado dos títulos superar este montante, o cliente terá de suportar os prejuízos.

8 E O QUE ACONTECE AOS CLIENTES COM DEPÓSITOS?

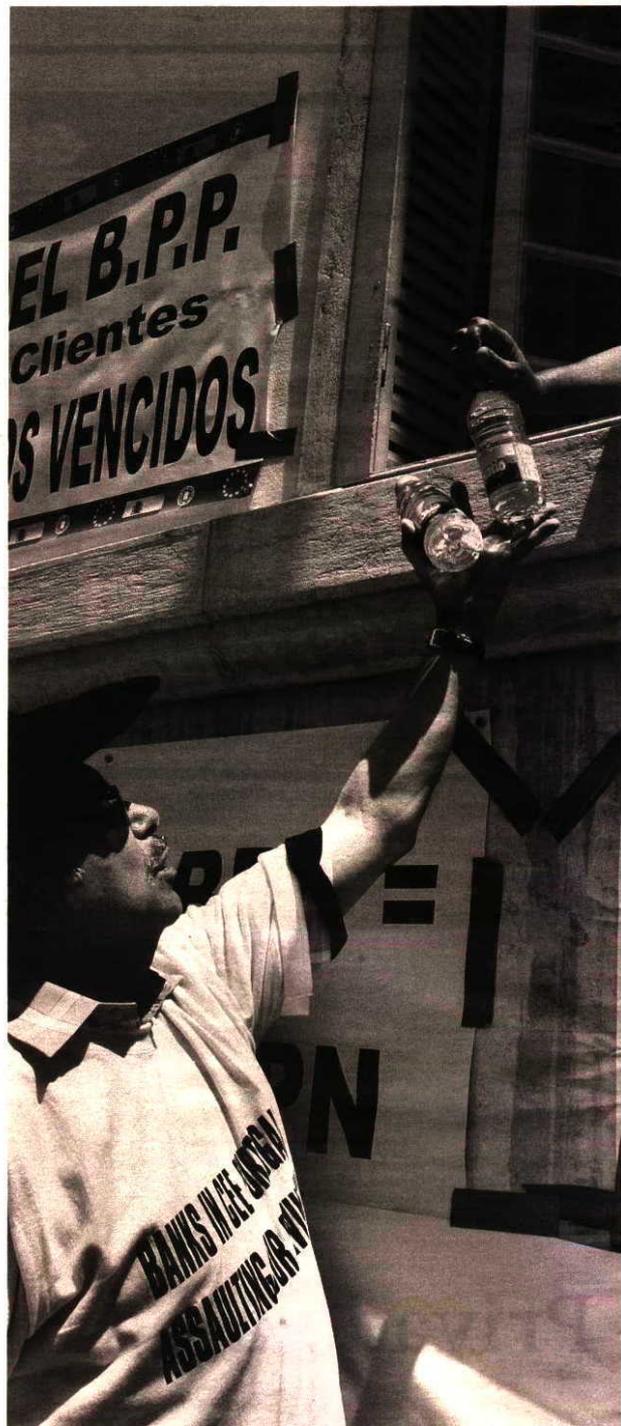
No final do conselho de ministros, Teixeira dos Santos garantiu, mais uma vez, que "os depósitos dos clientes estão protegidos nos termos da lei".

9 QUAL É O MONTANTE QUE OS DEPOSITANTES PODEM RECEBER?

Ao ser acionado o FGD, os clientes podem ser reembolsados até 100 mil euros.

10 O QUE ACONTECE EM CASO DE FALÊNCIA DO BPP?

Os activos incluídos nas carteiras dos clientes pertencem-lhes. Se o banco falir, esses activos não incorporam a massa falida, pelo que devem ser restituídos aos clientes. ■

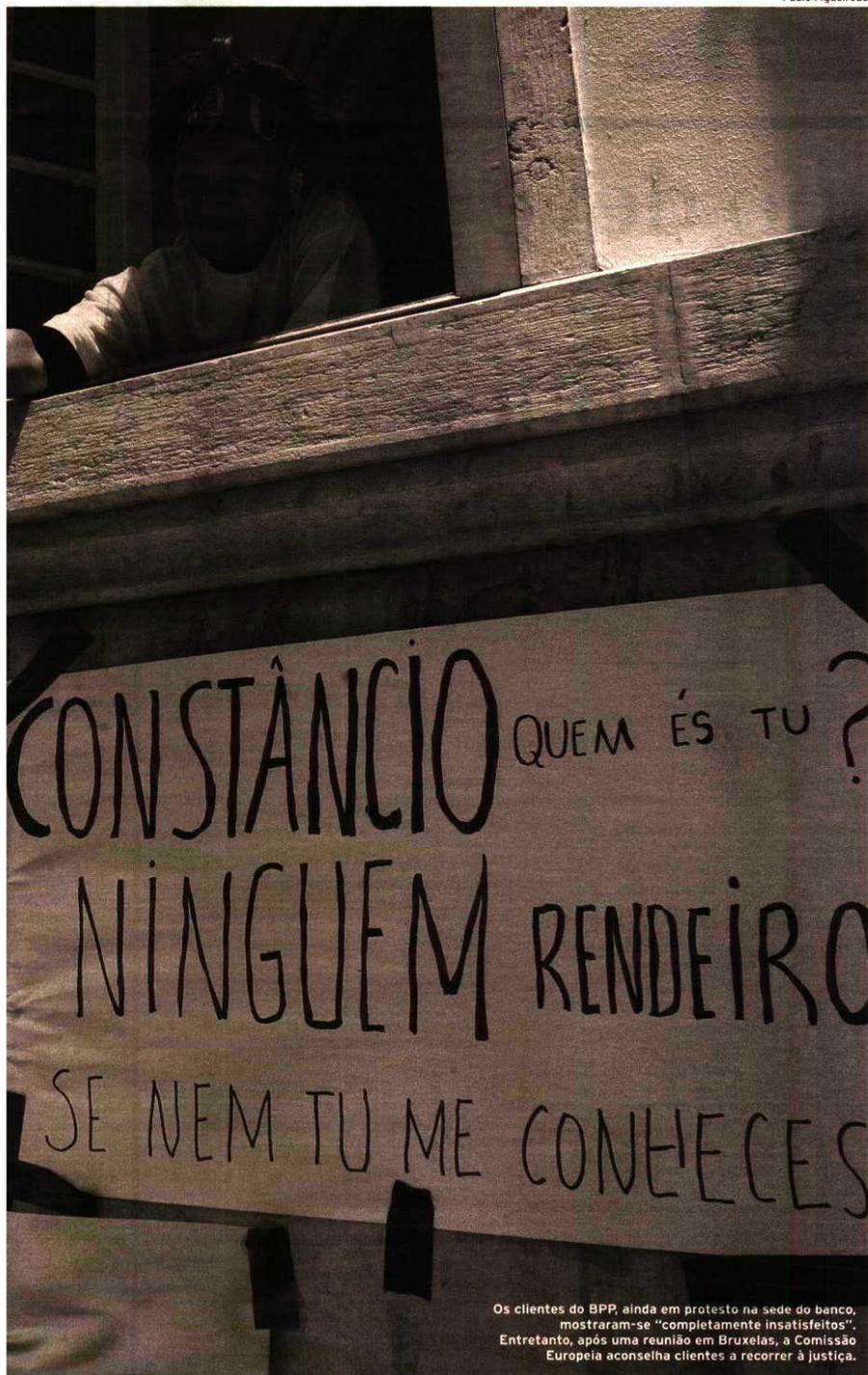


A RESOLUÇÃO DO CASO BPP PARA OS CLIENTES DE RETORNO ABSOLUTO

Será criado um fundo com os activos ligados ao retorno absoluto. Os clientes têm três hipóteses: recebem unidades de participação no fundo; rejeitam esta hipótese e reclamam junto do SII; ou aderem ao fundo e, ao mesmo tempo, reclamam do SII o diferencial entre o valor actual e o que lhes é devido. O SII só paga até 25 mil euros por titular.



Paulo Figueiredo



Os clientes do BPP, ainda em protesto na sede do banco, mostraram-se "completamente insatisfeitos". Entretanto, após uma reunião em Bruxelas, a Comissão Europeia aconselha clientes a recorrer à justiça.

QUATRO PERGUNTAS A...



JOÃO DUQUE

Economista e professor do ISEG

“É pouco clara a solução anunciada pelo Governo”

João Duque, que integrou a equipa gestora do Sistema de Indemnização aos Investidores (SII) continua com sérias dúvidas sobre a forma como este regime será utilizado pelas autoridades no BPP. E recomenda ainda uma revisão das regras do SII.

Qual a leitura que faz da decisão anunciada pelo Governo, nomeadamente a confirmação do uso do SII para diferenciais de preços?

Ainda não consegui perceber em que medida vão acionar o SII, porque existem dúvidas sobre o método e o esquema. Se estão lá os valores mobiliários representativos dos investimentos feitos e se a diferença resulta em risco de preço, a mim não me parece que faça sentido cobrir e indemnizar. Não estou a ver uma solução.

Era expectável que o Governo anunciasse uma mais clara revisão do SII?

Acho que sim, era expectável. O sistema deve ser revisto, na sua amplitude, aplicabilidade e montante. Antes o mundo era mais a preto e branco. E agora há um degradé de produtos. E se não fosse aumentado para 100 mil por titular, pelo menos para 100 mil euros por conta. De forma a tornar-se mais equitativo em relação ao fundo. Fazendo uma comparação entre o mercado bolsista português e os depósitos verificar-se-á que actualmente não há uma proporção de um para quatro. No entanto, é necessário ter cuidado. Isto porque ao dar-se muita garantia, aparecem muitas

implicações em termos de formato de alimentação do sistema.

E o facto de ser o Fundo de Garantia de Depósitos a fazer um empréstimo ao SII?

O sistema pode pedir empréstimos. O SII funciona com duas vertentes: accionar garantias que seriam dadas ao sistema e, por outro lado, com a contracção de empréstimos. A forma de repor o capital e liquidar a dívida é outro esquema. Para já, o que estão a tentar fazer é evitar executar garantias dos participantes do sistema, ou seja, dos bancos. Por outro lado, sabendo que há disponibilidade no fundo de garantia é usar aquele dinheiro. No fundo, é criar um canal entre os dois mecanismos.

“O sistema de indemnização aos investidores deve ser revisto, na sua amplitude, aplicabilidade e montante.”

Parece-lhe justa a decisão do Governo ao não garantir a totalidade dos investimentos de retorno absoluto?

A solução, de um modo geral, parece-me justa, no sentido de tentar levar a que as pessoas possam transformar em liquidez aquilo que é a sua quota de propriedade dos valores mobiliários que estão sob a gestão do BPP. Não faz apelo ao dinheiro dos contribuintes para repor diferenciais. Por outro lado, dá a possibilidade às pessoas de reconvertar em liquidez aquilo que é o seu investimento. Agora, aquilo que os clientes do BPP têm chamado à atenção, face à solução do BPN, é uma injustiça relativa. A pergunta é a seguinte: se no caso BPN se cometeu um erro, deve voltar-se a cometer outro erro e sucessivamente novos erros, em resultado do princípio da causa primeira? É necessária moderação. ■

Com a ajuda do FGD, o SII paga o diferencial aos clientes, até ao limite legal.

Por lei, cabe ao SII pagar o diferencial.

DIFERENCIAL
O SII fica responsável pela cobertura do diferencial entre o valor actual dos activos e o que é devido, até um máximo de 25 mil euros por titular.



Recebendo o dinheiro dos intermediários, o SII já pode devolver o “empréstimo” do FGD, que foi quem deu os meios, inicialmente, para pagar o diferencial aos clientes.



O FGD empresta ao SII o dinheiro necessário, dado que este não está capitalizado.

BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES
São os responsáveis por, em caso de necessidade, capitalizar o SII.



Os intermediários financeiros recapitalizam o SII, processo algo lento.



Bancos à espera da solução do Governo para clientes do BPP

Segundo o ministro das Finanças, os outros bancos vão gerir os activos dos clientes do BPP. No entanto, ainda ninguém confirma o "sim" à solução do Executivo.

A solução para os clientes do BPP passa pela criação de uma nova entidade que terá como accionistas os maiores bancos nacionais. Mas o

sector ainda não conhece o plano de Teixeira dos Santos. O ex-presidente do BPP, João Rendeiro, continua a dizer que o banco é viável. — P4 A 7



As respostas às dez dúvidas que estão a preocupar os clientes do banco.

Justiça vai ouvir Dias Loureiro até 15 de Julho

O ex-conselheiro de Estado vai ter a oportunidade contar ao MP sua versão sobre o chamado negócio de Porto Rico.

Lígia Simões

ligia.simoese@economico.pt

Manuel Dias Loureiro deverá ser ouvido pelas autoridades dentro de um mês. O antigo conselheiro de Estado pediu a Pinto Monteiro para ser ouvido, numa carta dirigida ao procurador-Geral da República (PGR) e recebida a 28 de Maio. O Ministério Público aceitou, tendo já dado ordem à directora do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), por despacho, em respeito ao bom nome e imagem de Dias Loureiro. Cândida Almeida pediu ao magistrado titular do processo de investigação em curso sobre o BPN, Jorge Rosário Teixeira, para acertar as respectivas agendas com o ex-conselheiro de Estado. O objectivo é que Dias Loureiro seja prioritariamente ouvido antes de 15 de Julho.

Na mira dos investigadores está a alegada participação de Dias Loureiro no negócio de Porto Rico, um dos nove processos relacionados com o BPN.

"A nossa pretensão é ouvi-lo antes de 15 de Julho, o mais depressa possível", revelou ao Diário Económico a directora do DCIAP, Cândida Almeida, salientando que a data está em linha com o fixado no despacho do PGR. Sobre o processo em si, nem uma palavra.

Neste despacho, Pinto Monteiro considera que o ex-ministro da Administração Interna de Cavaco Silva deve ser ouvido de acordo com as possibilidades actuais e desde que não haja prejuízo para a investigação. A decisão surge depois de Dias Loureiro ter enviado uma carta ao PGR, no dia em pediu a sua renúncia ao cargo de Conselheiro de Estado, após acusações de Oliveira Costa na comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN. Na base do interesse das autoridades estão informações que envolvem o ex-administrador do grupo SLN em várias operações, nomeadamente relacionadas com a compra e venda de duas empresas tecnológicas de Porto Rico (a Biometrics e a Newtech), num negócio que se



"A nossa pretensão é ouvi-lo antes de 15 de Julho", revelou ao Diário Económico a directora do DCIAP, Cândida Almeida.

saldou em prejuízos para o BPN, da ordem dos 38 milhões de euros.

Entre finais de Junho e início de Julho, o ex-conselheiro de Estado vai dar a sua versão sobre o negócio de Porto Rico.

O Diário Económico sabe que a expectativa do Ministério Público é receber provas documentais (relacionadas com operações que envolvem as empresas porto-riquenhas), antes da audição com Dias Loureiro. Este era, aliás, um dos objectivos dos investigadores que, antes do despacho do PGR, já tinham delineado a relevância da audição, após obterem documentos solicitados no âmbito de diligências efectuadas nas últimas semanas. Fonte judicial adianta, a este respeito, que a "investigação tem a sua dinâmica e timing"; acrescentando que Dias Loureiro ainda não tinha sido ouvido "porque ainda não era relevante".

A marcação da audição acabou por se precipitar após a audição parlamentar de Oliveira Costa, a 26 de Maio. O ex-presidente do BPN desmentiu Dias Loureiro ao defender que a reunião, em 2002, com o ex-vice-governador do Banco de Portugal, António Marta, teve como objectivo dar conta à supervisão bancária das suas preocupações face à então gestão do grupo SLN. Oliveira Costa acusou, ainda, o ex-conselheiro de Estado de ter sido um dos responsáveis pelos problemas do BPN. A este respeito, nas declarações à comissão parlamentar, este responsável confirmou o envolvimento de Dias Loureiro no negócio de Porto Rico: a compra da Biometrics, que estava falida, e a Newtech, que nem sequer chegou a iniciar actividade, empresas que não estavam registadas (ver caixa).

A operação porto riquenha envolve ainda a La Granjilla, empresa de El-Assir (empresário libanês com ligações a Dias Loureiro), que surge entre os activos do BPN. El-Assir deu como garantia para os créditos cedidos pelo BPN à La Granjilla chales suíços, diz o relatório de inspecção de 2005 do Banco de Portugal. ■

TEMAS QUENTES DA AUDIÇÃO DE DIAS LOUREIRO

- Um dos assuntos que deverá ser abordado na audição de Dias Loureiro no Ministério Público será o envolvimento do ex-conselheiro de Estado no negócio de Porto Rico
- O negócio de Porto Rico, que envolveu a compra e venda de duas empresas tecnológicas, causou prejuízos para o BPN na ordem dos 38 milhões de euros.
- O objectivo é perceber se, no negócio envolvendo a Biometrics, houve ou não apropriação indevida de fundos.

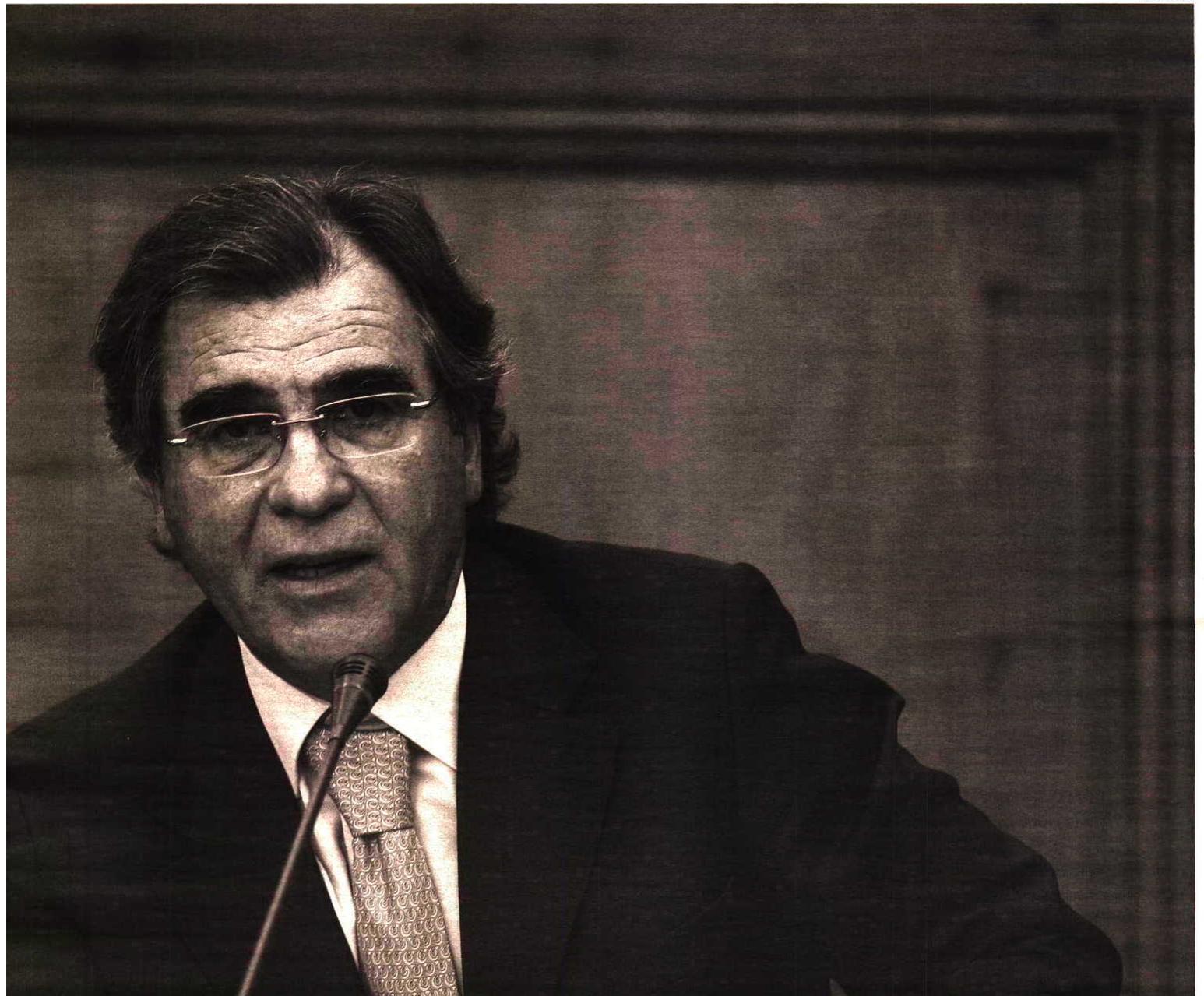


Dias Loureiro, ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios, foi homenageado na quarta-feira, em Aguiar da Beira. Uma terra que continua a acreditar na inocência do seu filho mais ilustre.

Oliveira Costa fala em operação "ruinosa"

Oliveira Costa, detido preventivamente desde Novembro, considerou esta operação "ruinosa", tendo chegado afirmar aos deputados, na comissão de inquérito ao caso BPN de 26 de Maio, que "se não fosse o raio da Biometrics hoje não estaríamos aqui". Foi ainda mais longe ao garantir, no Parlamento, que o negócio lhe foi apresentado por Dias Loureiro e que foi pressionado a aceitá-lo: "Recebi uma chamada do Dr. Dias Loureiro a dizer-me que ou a compra da Biometrics ia para a frente ou El-Assir (empresário

libanês) desligava-se do apoio que estava a dar para a venda da Redal", uma empresa marroquina do sector das águas. Dias Loureiro já garantiu na sua segunda audição parlamentar não ter sido ele a realizar o negócio: "Não tive nada a ver com ele". Os deputados têm, no entanto, em sua posse contratos associados à Excellence Assets Fund (nas ilhas Caimão), um veículo por onde passou o negócio de Porto Rico. Em causa estão documentos assinados por Dias Loureiro e por Oliveira Costa (ver texto ao lado).



PGR quer saber destino 7,5 milhões de euros

Contrato com empresa do empresário libanês El-Assir compromete Dias Loureiro.

Lígia Simões
ligia.simoes@economico.pt

Um dos pontos da investigação judicial do processo BPN incide num "diferencial injustificado de 10 milhões de dólares (quase 7,5 milhões de euros)", relacionado com três operações que decorreram todas no mesmo dia. O Ministério Público quer

saber o destino do dinheiro.

A 30 de Novembro de 2001, a SLN - detentora do Banco Português de Negócios - comprou 25% do capital da Biometrics por 31,25 milhões de dólares (23,4 milhões de euros), tendo no mesmo dia vendido essa posição ao Excellence Assets Fund (EAF) por exactamente a mesma verba. Mas no mesmo dia, a SLN comprou o EAF (à empresa La Granjilla, sediada no Panamá e pertencente ao empresário libanês El-Assir) por 21 milhões

Em causa estão três operações de compra e venda realizadas no mesmo dia. Dias Loureiro garante que só assinou um contrato.

de dólares. Uma operação com a qual o deputado do CDS, Nuno Melo, já confrontou Dias Loureiro, na audição parlamentar, tendo obtido como resposta o "desconhecimento". O ex-administrador da SLN garantiu que só assinou o primeiro documento. Fontes judiciais avançam, no entanto, que o contrato-promessa para a compra da La Granjilla, foi assinado a 30 de Novembro de 2001 por Dias Loureiro, Oliveira e Costa e um representante daquela em-

presa. João Semedo, deputado do BE, anunciou durante a audição ao ex-conselheiro de Estado que "a terceira operação foi concretizada [compra do EAF pela SLN]". Acabou por precisar que "nas contas da SLN estão quatro cheques dirigidos à La Granjilla exactamente no valor de 21 milhões de dólares, três deles emitidos pelo BPN Cayman e o quarto, mais volumoso, no valor de 19,66 milhões de dólares, proveniente do Insular". ■



ID: 25494047

12-06-2009

Caso BPN Justiça vai
ouvir Dias Loureiro
até 15 de Julho. — P24





Obrigado a explicar **nacionalização**

Teixeira dos Santos e Vítor Constâncio encerram audições da **comissão de inquérito** ao caso BPN. Governante terá de mostrar que não havia alternativas à intervenção estatal

JOÃO PAULO MADEIRA
joao.madeira@sol.pt
ISABEL RESENDE
isabel.resende@sol.pt

A IDA do ministro das Finanças ao Parlamento, na próxima terça-feira, por fim às audições da comissão de inquérito ao caso BPN. Um dia depois de o governador do Banco de Portugal ser ouvido mais uma vez, Teixeira dos Santos será confrontado com a decisão de nacionalizar o banco que, segundo a oposição, não terá sido devidamente ponderada. O governante vai ter de demonstrar que não havia soluções menos onerosas para os contribuintes.

A audição de Teixeira dos Santos decorre terça-feira à tarde. Um dia antes, Vítor Constâncio voltará à Comissão, onde será questionado pelos deputados do CDS, Bloco de Esquerda e PS (PCP e PSD já o fizeram esta semana).

Constâncio deverá manter a argumentação de que fraudes em altos níveis das instituições financeiras só podem ser descobertas por denúncia, pelo que não pode falar-se em falha de supervisão no BPN. Entendimento diferente têm os partidos da oposição, para quem o governador não terá usado todos os poderes à sua dis-

LIQUIDEZ

Estado já

injectou, através da CGD, mais de 2,5 mil milhões de euros no BPN desde a nacionalização, em Novembro, para fazer face às necessidades da instituição

posição para corrigir as alegadas irregularidades do banco ao longo de anos.

No que toca ao ministro, a oposição irá tentar saber mais pormenores sobre a decisão de nacionalizar o BPN e avaliar se não terá sido extemporânea. O deputado Hugo Velosa, do PSD, avança ao SOL que irá confrontar o ministro com os critérios usados neste processo. «**Ainda não estou convencido de que era a única decisão possível**», justifica.

Nuno Melo, do CDS, adianta que vai «**tentar perceber até que ponto a decisão da nacionalização foi suficientemente ponderada**», já que as perdas relacionadas com o banco nacionalizado são superiores às inicialmente apontadas. O democrata-cristão também não põe de parte questionar o ministro sobre o seu mandato à frente da CMVM, já que o universo BPN/SLN tinha vei-



Ministro das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos | ANTONIO PEDRO SANTOS

culos que entravam na esfera daquele supervisor:

Prejuízos nacionalizados

Honório Novo, do PCR, vai confrontar o ministro com uma decisão que «**apenas nacionalizou os prejuí-**

zos» e deixou de fora os activos do grupo SLN. Para o deputado comunista, uma nacionalização integral teria garantido que a injeção de capital através da CGD não fosse tão elevada.

O Bloco de Esquerda vai vai querer perceber que

conhecimento teve o ministro, ao longo do tempo, das alegadas fraudes e actos ilícitos no BPN. «**É preciso perguntar se a decisão de nacionalização do BPN foi precipitada e saber se o ministro desconhecia a dimensão dos problemas do banco**», diz João Semedo.

O PS, pela voz do deputado Ricardo Rodrigues, considera que o fundamental será «**saber as razões que levaram à nacionalização**».

Teixeira dos Santos tem argumentado que a nacionalização foi a melhor solução para «**assegurar os depósitos**» dos clientes, face à situação de ruptura iminente de pagamentos. O ministro tem garantido que o valor crescente das imparidades detectadas no BPN «**reforça o argumento da nacionalização**» e, na mesma linha de Constâncio, considera que os casos BPN e BPP não constituem falias de supervisão.

Frases

Ricardo Rodrigues Deputado do PS

«**O fundamental da ida do ministro à Comissão é saber as razões que levaram o Governo a nacionalizar o BPN.**»



Hugo Velosa Deputado do PSD

«**Queremos conhecer, por parte do ministro das Finanças, o ponto de situação do banco após a nacionalização e os contornos da decisão que foi tomada. Ainda não estou convencido que a nacionalização fosse a única decisão possível.**»



Honório Novo Deputado do PCR

«**O Governo nacionalizou os prejuízos do BPN e manteve nas mãos de privados os activos do grupo SLN. Por que é que o processo levou à nacionalização apenas do braço financeiro do grupo e não foi integral, incluindo também a SLN?**»



Nuno Melo CDS-PP

«**Vou tentar perceber, ouvindo Teixeira dos Santos, até que ponto a decisão da nacionalização tomada pelo Executivo foi suficientemente ponderada.**»



João Semedo Deputado do Bloco

«**É preciso perguntar se a decisão de nacionalização do BPN foi precipitada e saber se o ministro desconhecia a dimensão dos problemas do banco.**»



Governo estuda solução

A SOLUÇÃO para o BPN deverá ser apresentada «**em breve**», garantiu esta semana o ministro das Finanças. Teixeira dos Santos tem estado em reuniões com o secretário de Estado do Tesouro, Carlos Costa Pina, sendo certo que o desfecho preferido é a venda do banco. Resta saber se há compradores, face à delicada situação financeira da instituição.

No final do Conselho de Ministros em que anunciou a decisão do Governo face ao BPP (ver página 16), o governante revelou que o processo do BPN também «**está a ser prepara-**

do e muito em breve será solicitada a apresentação de propostas formais.»

Teixeira dos Santos admitiu que ainda não recebeu propostas para a aquisição do banco, mas assume que essa opção recolhe a sua preferência. «**Só tenho conhecimento de manifestações públicas de interesse. Não tenho quaisquer propostas**», disse. BCP e Banif já descartaram a hipótese de ficar com o BPN, o BES admite que uma eventual aquisição é pouco provável, e Montepio Geral e BPI admitem interesse, mas apenas com as contas

do banco saneadas pelo Estado.

Fernando Ulrich, CEO do BPI, já veio a público afirmar que «**tal como está, é impossível que alguém compre**» o BPN, acrescentando que uma eventual aquisição dependerá de uma «**reestruturação**». «**Provavelmente, parte do prejuízo vai ter de ser assumido pelo Estado**», referiu. O BPN terminou o exercício de 2008 com prejuízos de 572,5 milhões de euros e uma situação patrimonial negativa de 1,6 mil milhões de euros. A CGD já foi obrigada a fazer injeções de liquidez de 2,5 mil milhões.



Ócio & Negócios

A poeira

As questões acessórias, como saber se houve propostas de compra, o salário do dr. Cadilhe ou o comportamento dos accionistas, são questões curiosas e interessantes sobre o BPN. Mas não podem transformar-se na nuvem que ameaça esconder a questão central:

A gestão do BPN cometeu ou não ilegalidades, favoreceu ou não deliberadamente alguém? As operações assinadas por Oliveira e Costa traduziam ou não transferência de riqueza de um lado para outro? Oliveira Costa presida em simultâneo à SLN, à SLN Valor e ao BPN, dominando todo o circuito de um conglomerado empresarial com muitos tentáculos. Em cada uma das socieda-

des poderia sempre calar um accionista com um negócio especial, valorizando um activo acima do mercado ou construindo um hotel num terreno de que o proprietário continuava dono. Em todas os bancos haverá operações suspeitas e incómodas. Mas será que no BPN só havia operações desse tipo?

Claro que esta estratégia de fuga para a frente e "comprar" os críticos não podia durar sempre. A falhada promessa de Oliveira Costa de fazer o banco (ou a SLN) entrar na bolsa potenciou as desconfianças dos accionistas. Mas a questão essencial é saber da legalidade e legitimidade das operações e da gestão do BPN, SLN Valor e SLN.





Vigilância democrática

A. MAGALHÃES
PINTO

Economista

maggpinto@netcabo.pt
<http://poliscopio.blogspot.com>



Éra um dos princípios sagrados da liberdade e da democracia. O direito de cada um a ver a sua privacidade protegida. E quase poderíamos afirmar que, sem esse direito, não existiria autêntica liberdade. A Liberdade não é, naturalmente, apenas o direito à privacidade. Mas se um indivíduo tiver que assistir à devassa daquilo que só a ele diz respeito, dificilmente se poderá afirmar que é livre. Por isso é que, tradicionalmente e em todo o mundo livre, tal direito aparece nos direitos constitucionais fundamentais. Sou livre se, em tudo aquilo que não disser respeito aos outros, estiver seguro de que ninguém o saberá a não ser que eu queira revelá-lo. Claro que, como acontece com todos os demais direitos individuais, este direito cessa quando, ao ser exercido, ofende o direito de outrem ao que quer que seja.

Se o direito citado não oferece dificuldades de maior no seu enunciado teórico, é de muito difícil aplicação no plano prático. Com efeito:

- Quando é que um determinado acto de alguém apenas a ele lhe diz respeito, isto é, quando é que tal acto não vai brigar com outro direito de outrem?

- Nos actos tidos como sendo do foro privado, como é que eu sei que um dado acto não é ofensivo do direito de outrem, a não ser vigiando todos os actos dessa natureza de todos os cidadãos?

Está colocado o primeiro parâmetro do raciocínio. Falta o segundo. Porque o conhecimento da vida privada dos outros pode dar muito poder a quem tem esse conhecimento. Nem sequer são necessárias grandes explicações. Todos sabemos que assim é. Chantagem seria uma palavra inexistente nos dicionários se o direito à privacidade tivesse protecção absoluta. E nem sequer nos ficamos pela chantagem. Conhecer as acções dos outros, supostas serem segredo, permite antecipar reacções, anular acções, tornar acções. Ora, o poder derivado do conhecimento indevido do que é de natu-

reza privada é ilegítimo. Onde, ressalta uma questão fundamental, atento o que disse antes:

- Como é que se impede que alguém disponha de um poder ilegítimo devido à violação do mundo privado dos demais?

Vem isto a propósito por estarem na forja duas leis que vão criar potencialidades incriveis de violação do direito à privacidade. Refiro-me a:

- Instalação, em todos os veículos automóveis, de um chip que permitirá, sempre que necessário, localizar o automóvel.

- Guarda (para eventual consulta), durante um ano, de toda a correspondência e chamadas telefónicas geradas via Internet.

Nunca tão frontalmente se criaram condições para violar a privacidade de cada um. Apesar disso, com argumentos a que não devemos (nem podemos) ser surdos. Muita da criminalidade actual é criada usando aqueles dois instrumentos. Hoje, nenhum criminoso necessita de usar os telemóveis para planear, combinar e, até, executar os seus crimes. Os atentados levados a cabo pela Al Qaeda em Nova Iorque, Londres e Madrid usaram e abusaram daqueles meios. E havemos de concordar que, nesses casos (como em tantos outros que desconhecemos),

é uma pena não haver controlo sobre o tráfego automóvel ou cibernético. Parece cairmos, assim, num impasse. Que só pode ser resolvido com grande imaginação. A criação cega e surda de controlos destinados a vigiar CERTA actividade privada (a criminosa) não pode escancarar as portas à violação de um direito fundamental que é pedra basilar da democracia e da Liberdade de quem não comete crimes.

Este é, aliás, um momento extremamente oportuno para realizar a reflexão necessária. Efectivamente, estamos a sair (ou ainda a entrar, não sei bem) num período económico e financeiro terrível onde a responsabilidade do "segredo" é

enorme. Muito das dores por que estamos a passar neste domínio teve origem na existência de mecanismos de defesa do segredo profissional, que permitiram os maiores desmandos e dislates. Quando vemos o tormento por que estão a passar os clientes do Banco Privado Português, todos perguntamos como foi possível que o "segredo" pudesse ter causado tal situação. O que não invalida que se, por hipótese, tivéssemos perguntado a muitos clientes do mesmo banco se queriam que toda a gente pudesse ter acesso à informação das suas contas nele existentes, tivéssemos, em muitos casos, obtido a indignação desses mesmos clientes perante a hipótese. O mesmo se diria dos pequenos accionistas que foram lesados - até agora sem verem os responsáveis punidos - na subscrição de acções do BCP. Todavia, todos rugem agora. E com razão.

Acresce ainda mais um facto. Quem faz as leis são os políticos. Quem controla a execução das leis são agentes dependentes dos políticos. E nós não temos - com alguma razoabilidade - confiança nos políticos. Vejam-se os diferentes escândalos que por aí têm sido gerados, da licenciatura do Eng^o. Sócrates até ao caso BPN e passando pelo Freeport, para só falar nos mais mediatizados, para vermos como as leis são usadas ao sabor de cada um, conforme a utilidade momentânea. E isto é um factor mais a trazer gravidade às leis que se projectam. Poder-se-á argumentar que, se quem controla a execução das leis são directa ou indirectamente os políticos, lá estão os tribunais, com toda a sua independência, para a palavra final. O que acontece é que a Justiça não é imediata e, em Portugal, é mesmo excessivamente lenta. Que, quando chega, é geralmente muito tarde. Tudo a comodar.

Para já, as duas leis citadas estão ape-

nas nos planos. Acontecendo que, pelo menos na relativa à Internet, já existe uma directiva da Comunidade que vai nesse sentido. Mas carecem da atenção imediata e profunda dos cidadãos. A abstenção que caracterizou as eleições deste último Domingo não pode estender-se a aspectos tão essenciais da nossa vida individual. Não podemos deixar de reconhecer ser necessário dar luta sem quartel aos criminosos, os quais não têm

"Talvez seja este o momento para que surjam leis que não permitam que a culpa morra solteira sempre que há um crime praticado na esfera de quem faz as leis e controla a sua execução"

pejo em utilizar as novas tecnologias para aperfeiçoarem os seus crimes. E que muito dessa luta passa pela vigilância democrática daquilo que parece ser da esfera privada. Mas não podemos, também, deixar de defender os direitos que fazem da nossa Liberdade ocidental uma razão para viver feliz. Temos esse direito

e temos esse dever. Não é apenas com atenção aos "fascistas" que preservamos a nossa Liberdade.

Tudo tido em conta, há uma exigência que podemos e devemos fazer. Muito bem. Talvez tais leis sejam necessárias para a protecção de todos. Talvez seja necessário ceder um nico do direito que temos para proteger muito dos outros direitos que também temos. Mas, sendo tal destinado a vigiar os criminosos, que tal não possa ser utilizado contra quem não é criminoso. E, por isso, se tais leis vierem, como se espera, a ver a luz do dia, que sejam acompanhadas de um caderno de encargos muito rigoroso e exigente. Que o acesso ao que é privado apenas seja possível a quem de direito. E que, se quem de direito usar, ou deixar que seja usado, ou permitir condições em que tal pode ser usado, contra quem não é criminoso, que seja exemplarmente punido. Talvez seja este o momento para que surjam leis que não permitam que a culpa morra solteira sempre que há um crime praticado na esfera de quem faz as leis e controla a sua execução.

**"Nós não temos
- com alguma
razoabilidade
- confiança nos
políticos"**



Constâncio quer mais exigências para criação de um banco

O governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, defende mais exigências para a actividade bancária. Por um lado, a criação de um banco deverá passar por mais restrições e, por outro, se não forem cumpridos os deveres de informação os administradores deveriam ser responsabilizados, eventualmente suspensos das suas funções.

É caso para se dizer, “em casa roubada trancas à porta”. Os casos BPP e BPN estão a causar problemas ao responsável do Banco de Portugal. Vítor Constâncio rejeita deixar o cargo, já que não se sente responsável pela crise financeira.

Mas não é menos verdade que as pressões estão a aumentar. Para já, o governador do BdP diz que é necessário mudar as regras e tornar a actividade mais exigente a todos os níveis.

Perante este cenário, acha que a criação de bancos tem que ser mais exigente. Considera que a legislação está desadequada quando é possível criar um banco com um capital de cerca de 17,5 milhões de euros. Um valor muito reduzido e que não dá condições de segurança mínimas. Assim, defende um aumento daquele capital, mas não deu quaisquer indicadores sobre valores.

Um outro aspecto que Constâncio critica tem a ver com os deveres de informação (em certa medida terá sido o que aconteceu com o BPN, segundo o mesmo). Na sua óptica, o Banco de Portugal deveria ter a capacidade legal para suspender os administradores que não fornecem a informação exigida junto da supervisão. Seria uma forma de evitar que se repetissem muitos dos problemas actuais.

Não houve pedidos formais de aquisição do BPN

Relativamente ao BPN, Constâncio garante que no BdP nunca entrou qualquer pedido formal para a sua aquisição. O que deu entrada foram pedidos de informação sobre o que seria necessário para a sua aquisição, mas ficou-se por aí. Nunca houve nada de relevante nesse sentido, garante o governador. Aliás, o próprio Governo não pediu ao BdP quaisquer estudos sobre uma eventual nacionalização (e admite que se trata do último recurso a utilizar). O governador garante que o banco de Oliveira e Costa foi dos mais sujeitos a inspecções. No entanto, não foram descobertos crimes, apenas irregularidades.

Finalmente, defende Constâncio que um elemento significati-



vo da supervisão bancária é passar a chamar os administradores quando estes renunciam aos seus cargos. Tal não sucedeu no passado porque havia razões suficien-

temente válidas para seguir tal procedimento. A partir de agora, tudo indica que as coisas vão mudar neste âmbito, deduz-se das suas palavras.



SAGRES BOHEMIA OS TESTES COMPROVARAM O QUE O SEU PALADAR JÁ SABIA: BOHEMIA TEM MAIS SABOR.

Seja responsável. Beba com moderação.

Tome qualquer refeição numa ocasião especial.

Diário Económico

20 anos Nº 1 Eleito jornal económico do ano

Toda a actualidade em www.economico.pt

SEXTA-FEIRA, 12 DE JUNHO 2009 | Nº 4649 | PREÇO IVA INCLUIDO: CONTINENTE LÂO EUROS | DIRECTOR ANTÓNIO COSTA DIRECTOR-ADJUNTO BRUNO PROENÇA SUBDIRECTORES FRANCISCO FERREIRA DA SILVA E PEDRO SOUSA CARVALHO

Entrevista Lúis Amado diz que apoiar a reeleição de Durão Barroso "não é nacionalismo". - P35

Obras públicas Tribunal de Contas junta-se a Cavaco e quer mais estudos sobre investimentos. - P11

Caso BPN Justiça vai ouvir Dias Loureiro até 15 de Julho. - P24

Saiba como fazer um seguro para proteger-se do desemprego

Os bancos estão a disponibilizar seguros de protecção no desemprego, que garantem o pagamento da prestação da casa quando os clientes perdem o emprego.

Se está desempregado, conheça as dicas para regressar ao mercado.

No suplemento, veja ainda onde investe um dos gurus que mais ganhou com a crise.

finanças pessoais

Proteja-se do desemprego com um seguro

Bancos à espera da solução do Governo para clientes do BPP

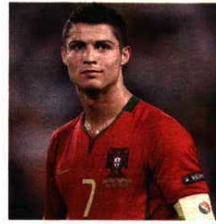
Segundo o ministro das Finanças, os outros bancos vão gerir os activos dos clientes do BPP. No entanto, ainda ninguém confirma a "sim" à solução do Executivo.

A solução para os clientes do BPP passa pela criação de uma nova entidade que terá como accionistas os maiores bancos nacionais. Mas o sector ainda não conhece o plano de Teixeira dos Santos. O ex-presidente do BPP, João Rendeiro, continua a dizer que o banco é viável. - P4 A 7

As respostas às dez dúvidas que estão a preocupar os clientes do banco.

Ronaldo vai ganhar mais do que todos os gestores da EDP

Com a transferência para o Real Madrid, Cristiano Ronaldo (na foto) bate mais dois recordes. Passa a ser o jogador mais caro da história do futebol e será o mais bem pago, ao receber dez milhões de euros por ano. Muito acima dos gestores das empresas. - P20



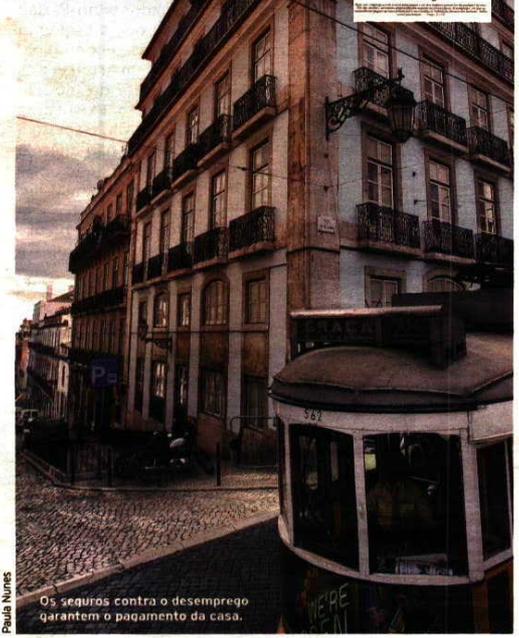
CONSULTÓRIO FISCAL

Coloque as suas questões em www.economico.pt

As respostas aos leitores na página 12

KPMG

▲ PSI 20	0,99%	7.184,92
▲ IBEX 35	0,84%	9.708,40
▲ FTSE 100	0,57%	4.461,87
▲ Dow Jones	1,01%	8.827,22
▲ Euro	1,61%	1,41



Os seguros contra o desemprego garantem o pagamento da casa.

O que tem de fazer para escapar à pandemia da gripe A

A OMS decretou a primeira pandemia em 40 anos mas Portugal continua a ter poucos casos da gripe. - P36

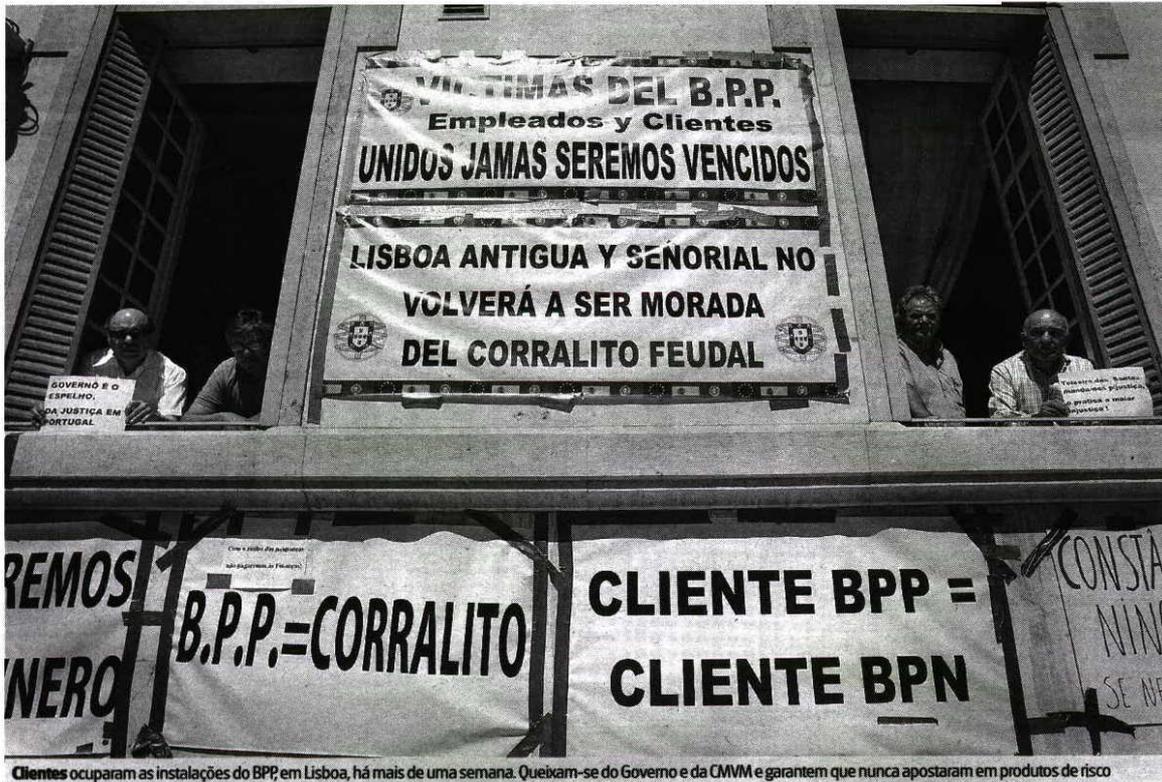
Galp culpa Executivo por atraso no biodiesel - P14

www.edp.pt

estamos a criar 30.000 postos de trabalho no reforço e construção de barragens

edp

sinta a nossa energia



Cientes ocuparam as instalações do BPP, em Lisboa, há mais de uma semana. Queixam-se do Governo e da CMVM e garantem que nunca apostaram em produtos de risco

Cientes do BPP regressam a casa

Revoltados por não acederem ao seu dinheiro, ocuparam 10 dias a sede do banco. Dormiram no chão e comeram da solidariedade alheia, em luta pelas poupanças

Reportagem

GINA PEREIRA
gina@jn.pt

Entraram à força e estiveram 10 dias na sede do Banco Privado Português (BPP), em Lisboa. Mas, ontem à tarde, acabaram por decidir suspender o protesto, apesar de manterem a "raiva" e a "revolta" por terem visto desaparecer, de um dia para o outro, as "poupanças de uma vida". Durante 10 dias, circularam pelas divisões do rés-do-chão do palacete como se estivessem em sua casa.

Os clientes em protesto – o número variava consoante as disponibilidades, horas e dias da semana – entravam e saíam do banco quando lhes apetecia, para ir comer ou fumar. Alguns concentravam-se à porta, junto dos cartazes que dão eco à sua indignação. Outros, sobretudo as mulheres e os mais velhos (a maioria das pessoas está acima dos 60 anos), preferiam abrigar-se do Sol e passavam horas a fio sentados no veludo das poltronas e cadeiras à volta da mesa da sala de reuniões, transformada em sala de estar. Na

mesa, garrafas de água e bolachas para matar a fome e a sede.

As conversas giravam sempre em torno da "desgraça" que lhes caiu em cima. Pela televisão, sintonizada em canais de notícias – apesar de alguns se mostrarem já cansados da informação repetida à exaustão – esperaram receber uma notícia que lhes desse alento, que mostrasse que haverá "justiça".

"Quero acreditar que as pessoas têm coração e que, em alguma altura, se vão conseguir colocar no

"Eu não meti o meu dinheiro numa 'Dona Branca'. Meti-o num banco com credibilidade"

lugar dos clientes. Os clientes foram traídos e a traição não pode passar impune". As palavras de Albina Loureiro, 44 anos, residente no Porto, são para o ministro das Finanças, a quem os clientes acusam de estar a ser "conivente" com a "burla" de que alegam ser vítimas e de ter "dois pesos e duas medidas" para uma situação "em tudo idêntica à do BPN".

"Eu não meti o meu dinheiro numa 'Dona Branca'! Eu meti o

Desmobilizam para dar espaço à administração

Ontem à tarde, depois de uma reunião com o actual presidente do Conselho de Administração do BPP, Adão da Fonseca, na sede do banco, em Lisboa, os clientes decidiram "suspender" o protesto que os manteve, ao longo dos últimos 10 dias, dentro do banco. Segundo Vítor Oliveira, um dos clientes lesados, o grupo decidiu desmobilizar por entender que, nesta fase, podia estar mais a "prejudicar" do que a beneficiar os seus interesses e por estarem a comprometer o normal funcionamento do banco. Ainda não conhecem em pormenor a proposta do Governo, nem se o fundo será "exequível", mas decidiram dar o benefício da dúvida à administração, com a garantia de que haverá reuniões periódicas. Certo é que vão avançar com uma acção contra o Estado por falhas graves na supervisão.

meu dinheiro num banco, com credibilidade, ligado ao Banco de Portugal". Maria do Céu Machado, 58 anos, dona de uma joalheria no Porto, não cala a dor que lhe vai dentro. "Isto é um desastre. Vai ter um fim trágico", vaticina, incomodada com o facto de "lá fora, dizerem que este é um banco de ricos e que nós somos investidores. Não é verdade".

Todos garantem que, quando depositaram o dinheiro no BPP, lhes disseram que estavam a subcrever depósitos a prazo, com retorno garantido, e nunca produtos de risco. E negam que alguma vez o quisessem. "Como é que eu, um aforrista, ia pôr em risco uma poupança de 20 anos?", clama Artur Barreto, 63 anos, emigrante na África do Sul, Rodésia, Venezuela e Estados Unidos. Garante que as taxas de juro eram apenas "um pouco mais altas" do que as dos outros bancos e acusa os comerciais do BPP de estarem "instruídos para vigiar os clientes".

Na última semana, Artur Barreto só foi dormir uma noite a casa, no Montijo, para poder tomar banho. Nos outros dias, dormitou pelas cadeiras e no colchão insufável que alguém trouxe para o banco e onde os sonos se revezavam. Responsabiliza o Governo e a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários pelo drama que estão a viver e admite que, há dias, a sua raiva esteve a muito pouco de se transformar numa agressão a Teixeira dos Santos: "Eles não têm o direito de estragar uma vida de poupanças que eu consegui com muito suor e lágrimas".

Antes desconhecidos, agora os clientes do BPP, metidos à força no mesmo barco, quase parecem amigos de longa data. Durante o protesto, traziam bolos e fruta para partilhar e até a filha de uma cliente, que mora perto, fazia todos os dias uma panela de sopa para o jantar. ■

BPP PÁGINA 25

Clientes abandonam instalações do Banco Privado

Durante 10 dias viveram
no palacete como se
estivessem em casa



Desmobilização. Abandonaram
a sede, mas mantêm a revolta

A Cor do Dinheiro



CAMILO LOURENÇO

O BPP, Louçã e os riscos sistémicos

Depois de o Governo ter deixado cair os clientes de retorno absoluto do BPP, José Sócrates foi confrontado com o tratamento diferente dado aos clientes do BPN. O primeiro-ministro justificou-se falando no "risco sistémico" do BPN na altura da nacionalização.

Foi uma saída hábil. Porque uma coisa é o risco sistémico, outra o tratamento diferenciado dos clientes. É verdade que ao intervir no BPN o Governo travou uma corrida aos bancos. Dizer que no BPP não fez o mesmo por não haver esse risco (de contágio), é falsear o problema. Porque ninguém pedia que segurasse o BPP, como fez com o BPN: pedia-se apenas que se segurasse os depósitos... e equiparados.

Sócrates diz que no BPP o Governo garantiu os depósitos, tal como no BPN. É verdade. Só que no BPN foi mais longe: garantiu também aplicações de 550 milhões de euros, semelhantes às de retorno absoluto do BPP (ambas estavam fora do balanço, como disse o presidente da CMVM no Parlamento).

É este pormenor que confirma que o BPP passou de problema técnico a problema político. Com a tarefa que levou nas eleições (não foi por acaso que o BPP ficou para depois das europeias), Sócrates tinha receio de acabar presa fácil da demagogia do dr. Louçã (estilo "o Governo está a ajudar os malandros da banca com dinheiro dos impostos") se o Governo desse uma garantia ao fundo que vai gerir os produtos de retorno absoluto.

Não há dúvida: Louçã, mesmo sem estar no Governo, é o político mais influente de Portugal...



Camilo Lourenço O BPP, Louçã e os
riscos sistémicos

Opinião 34



Ricardo Castelo

ID: 25491705

12-06-2009

BANCA

Accionistas contestam penhor sobre bens do BPP

Num cenário de insolvência, Estado terá de lutar com accionistas e clientes pelo direito preferencial aos créditos

**PEDRO FERREIRA ESTEVES,
MARIA JOÃO GAGO
E ALEXANDRA MACHADO**

Os accionistas da Privado Holding (dona do Banco Privado Português) estão a preparar-se para contestar a recusa do Governo em injectar capital na instituição. Os investidores contestam o facto de estarem a ser responsabilizados pelas garantias de capital prestadas aos clientes. E sobretudo o direito preferencial do Estado como credor do banco, resultante do penhor de bens do Privado no âmbito do aval público ao empréstimo de 450 milhões por seis bancos.

“O Governo apelou à responsabilidade solidária da “holding” [na crise do BPP]. Isto dá ‘pano para mangas’, os accionistas não vão aceitar e estão a preparar a contestação”, revelou ao **Negócios** uma fonte próxima dos donos do BPP.

No momento em que anunciou o plano para os clientes do retorno absoluto do banco (ver página ao lado), o ministro das Finanças deixou claro que “a responsabilidade [de cobrir as garantias dadas aos clientes] é dos seus accionistas e do banco”. Nesse sentido, o que os clientes não conseguirem recuperar no recurso ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII) terão de procurar junto dos accionistas e dos activos do banco.

Por outro lado, ao recusar injectar entre 150 e 200 milhões no BPP – conforme propunha o plano de viabilização dos accionistas e actual administração do banco –, o Governo deixa o banco à beira de um processo de insolvência. Nesse cenário, o Estado terá de acionar o penhor sobre os bens do banco no valor de 672 milhões de euros, assegurado no âmbito do aval concedido ao empréstimo de 450 milhões por seis bancos, em Dezembro de 2008.

É o acesso a esses bens – através de um direito preferencial – que será contestado pelos accionistas da PH, que se consideram os principais lesados pela situação em que caiu o banco, na sequência da gestão da equipa liderada por João Rendeiro. Os accionistas sublinham mesmo que não podem ser responsabiliza-

dos pela “promiscuidade que existia nos órgãos de gestão”.

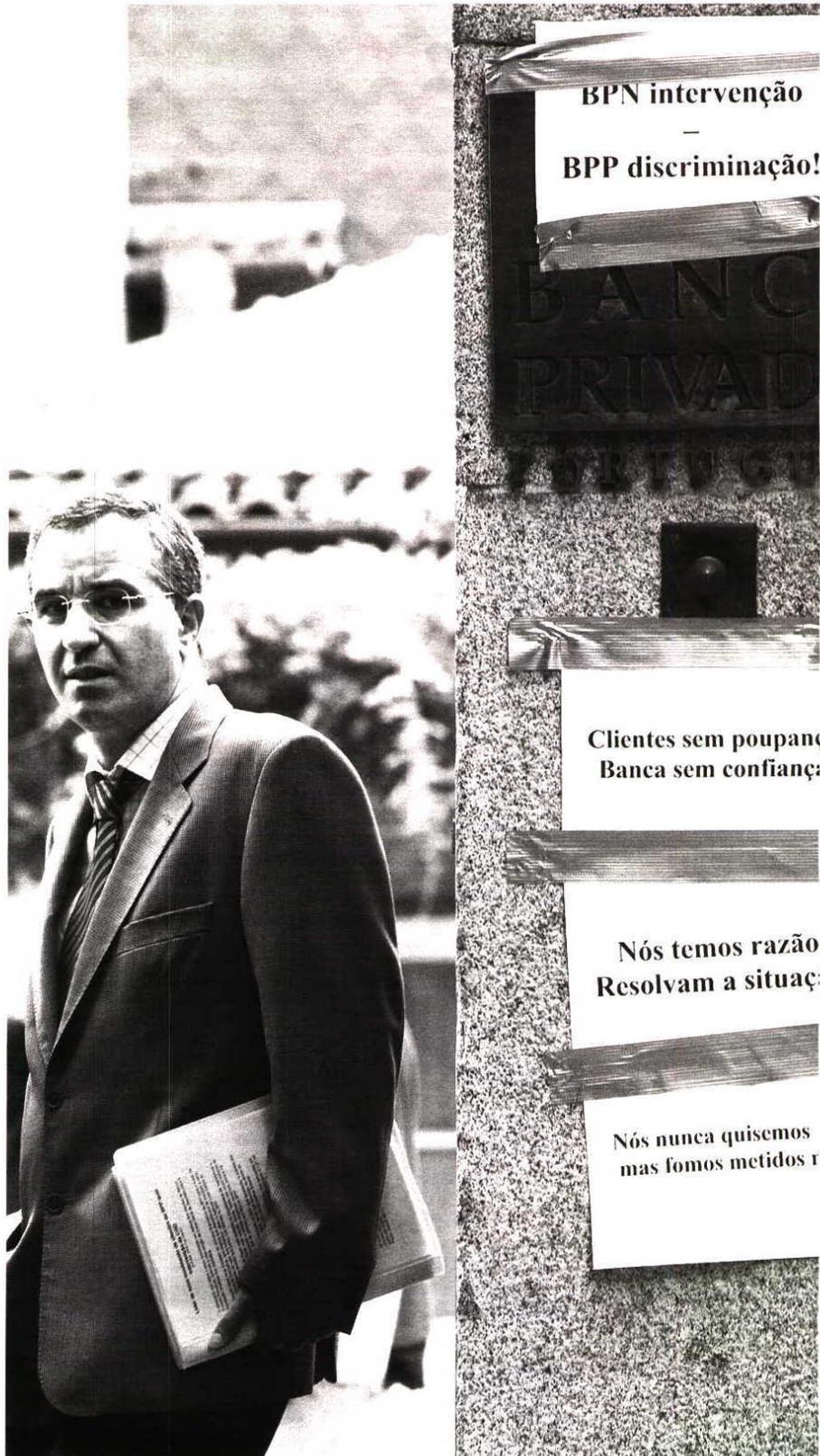
Por outro lado, no que diz respeito ao seu direito preferencial, o Governo enfrenta também os clientes, que contestam o facto de serem remetidos para o banco, quando praticamente todos os activos estão dados como contra-garantia ao empréstimo avalizado pelo Estado.

Um plano de futuro para o BPP

Apesar de o plano de saneamento do banco ter sofrido um revés com a decisão do Governo, a administração da PH continua a preparar uma solução para manter o banco em actividade. Nomeadamente através da entrada de um parceiro que assegure o capital a essa viabilização. E, segundo apurou o **Negócios**, ainda não se perdeu a esperança numa intervenção semi-pública.

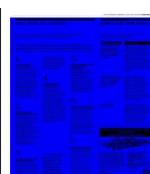
Rendeiro excluído do recurso ao SII e à garantia de depósitos

 O Governo aprovou em conselho de ministros um decreto-lei que regula o funcionamento do Fundo de Garantia de Depósitos e do Sistema de Indemnização aos Investimento. Nessa regulamentação é excluída a cobertura de depósitos (e de produtos financeiros) “todas as situações constituídas em claro conflito de interesses e (...) efectuados por entidades relacionadas ou beneficiárias”. Estão também excluídos “os depósitos realizados directamente junto de entidade sedeada em jurisdição ‘off shore’”. E foram introduzidos mecanismos de suspensão do reembolso “em caso de fundadas dúvidas quanto [a esse] direito ou na pendência de acção judicial ou procedimento contra-ordenacional contra o interessado”. Recorde-se que a anterior gestão foi suspensa pelo Banco de Portugal. E que os accionistas e ex-gestores têm cerca de 120 milhões de euros em produtos de retorno absoluto.



Protesto na sede do banco perto do fim

Depois de semana e meia a viverem em casa emprestada, os clientes ponderavam, à hora de fecho desta edição, pôr fim ao protesto na sede do banco. Uma decisão que surge após uma reunião com o presidente do banco, Adão da Fonseca, e já depois de terem sido recebidos pelo ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, e por representantes da Comissão Europeia, em Bruxelas. Agora, as várias associações de clientes preparam reuniões para decidirem o próximo passo na luta pelos seus direitos.



GUIA PARA OS CLIENTES

TODAS AS PERGUNTAS DOS CLIENTES DO PRIVADO A QUE JÁ É POSSÍVEL DAR UMA RESPOSTA

A solução apadrinhada pelo Governo não garante todo o capital investido, mas permite recuperar o valor actual das aplicações, acrescido de até 25 mil euros por cliente.

1.

O QUE É PROPOSTO AOS CLIENTES DO BPP?

A solução promovida pelo Governo prevê que os clientes do retorno absoluto troquem os títulos que lhes foram vendidos pelo BPP por títulos - unidades de participação de um fundo especial de investimento - a emitir por uma nova sociedade. Esta entidade, criada para este efeito, será detida por grandes bancos nacionais. A troca será feita com base no valor de mercado das aplicações. Para pagar parte da diferença, será accionado o Sistema de Indemnização aos Investidores.

2.

QUE CLIENTES ESTÃO ABRANGIDOS PELA SOLUÇÃO?

Estão abrangidos todos os clientes dos chamados produtos de retorno absoluto, em que o banco garantia capital e juros. Nalguns casos, os clientes assinaram documentos reconhecendo o risco inerente a estas aplicações. A adesão à solução promovida pelo Governo não é obrigatória. Mas quem não quiser transferir as suas aplicações para a nova entidade poderá ter maior dificuldade em reaver parte do dinheiro investido (opção passa pelo recurso aos activos do banco).

3.

É POSSÍVEL RECUPERAR TODO O DINHEIRO INVESTIDO?

No imediato, os clientes que aderirem à solução do Governo não conseguirão recuperar todo o dinheiro aplicado, já que os activos em que o seu dinheiro foi investido perderam valor (cerca de 50%) e a troca de títulos será feita a preço de mercado. No

longo prazo, recuperar todo o capital investido dependerá do desempenho futuro dos activos, que passarão a ser geridos pela nova entidade. Os clientes podem ainda processar o banco para reaver as perdas actuais.

4.

COMO VÃO FUNCIONAR OS NOVOS TÍTULOS?

Os novos títulos serão, muito provavelmente, unidades de participação de um fundo especial de investimento. Como garantiu o ministro das Finanças, estes títulos pagarão uma remuneração anual e podem ser reembolsáveis todos os anos, de acordo com condições que ainda terão que ser definidas. Isto significa que os clientes que mantiverem estes títulos todos os anos recebem um juro e reavêem parte do dinheiro. Quem quiser, poderá vender aquelas unidades de participação, no todo ou em parte, em condições de mercado, o que permitirá recuperar parte do dinheiro investido.

O Governo quer que a solução seja posta em prática o mais rapidamente possível. Mas deve demorar mais de um mês.

5.

PARA QUE SERVIRÁ O SISTEMA DE INDEMNIZAÇÃO DE INVESTIDORES?

Para compensar o facto de a solução estatal não garantir todo o capital investido, vai ser accionado o sistema de indemnização de investidores (SI). Este mecanismo paga um máximo de 25 mil euros por cada titular. Assim, um cliente que investiu 100 mil euros no BPP consegue recuperar, no imediato, 50 mil com a troca de títulos e mais 25 mil através do SI.

6.

O QUE ACONTECE A QUEM NÃO ADERIR À SOLUÇÃO PÚBLICA?

Os clientes que não aderirem à solução do Estado manterão a relação contratual com o BPP, nas condições negociadas com o banco. O mais provável é que tenham de recorrer a tribunal para reaverem o seu dinheiro, pelo menos, na parte equivalente à diferença entre o valor actual da aplicação e o montante inicial. Nesta parte, são credores do banco, com direitos sobre o seu património, em caso de falência.

7.

QUANDO É QUE A SOLUÇÃO ESTARÁ IMPLEMENTADA?

A intenção do Governo é que a solução seja posta em prática o mais rapidamente possível. A expectativa de vários envolvidos neste processo aponta para que o levantamento das situações de todos os clientes e a operacionalização do plano promovido pelo Governo se prolonguem, pelo menos, por um mês. Desconhece-se ainda o prazo de duração do fundo de investimento que vai gerir os activos de retorno absoluto.

BANCO NÃO TEM RISCO

MINISTRO FALA EM CRIME NO BPP E DEFENDE SUPERVISÃO

O QUE DIZ O MINISTRO

"A dimensão do BPP em si não lhe confere qualquer relevância sistémica significativa" e, por isso, "não justifica o envolvimento do Estado num processo de capitalização".

"Houve prática de crimes no âmbito da actividade deste banco. Houve operações fictícias, em prejuízo dos clientes. E falsificação contabilística".

"Não há aqui falha da supervisão".

A EXPLICAÇÃO

Teixeira dos Santos, ministro das Finanças, reafirma a não existência de risco sistémico por parte do Banco Privado Português. Tal como tinha afirmado, em Novembro, ao Negócios, para justificar uma não intervenção radical por parte do Estado no BPP, como a que fez no BPN. Antes e depois dessa afirmação de Novembro, Teixeira dos Santos foi, no entanto, deixando a porta aberta para outras soluções, ao dizer que "todos os bancos têm relevância sistémica".

Segundo o ministro, foram cometidos crimes pela anterior gestão do BPP, liderada por João Rendeiro. O Departamento de Investigação e Acção Penal está já a investigar o antigo presidente e outros ex-administradores do Privado. Um magistrado que está a trabalhar no caso, citado pela "Visão", diz que as autoridades deverão inquirir Rendeiro ainda este mês e "muito provavelmente" este será constituído arguido.

Teixeira dos Santos defendeu a actuação do Banco de Portugal e, indirectamente, da CMVM, cujo papel também está em causa neste caso. "Não há sistema de supervisão que evite que quem quer cometer a fraude, a cometa", sublinhou o ministro. Este é o terceiro caso, depois do BCP e do BPN, em que a supervisão está em xeque.



Accionistas do BPP contestam Governo

Conheça os pormenores do plano para os clientes **Empresas 14 e 23**

**NÃO PODE PERDER****CASO BPN NO PARLAMENTO****Segunda-feira, 15 de Junho**

O governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, tem uma audiência na comissão parlamentar que investiga o caso BPN. Na terça-feira é a vez de o ministro das Finanças falar aos deputados.



Editorial

Helena Garrido

Directora-adjunta



O que anda a Justiça a fazer?

 Portugal corre o risco de nunca assistir ao julgamento dos protagonistas dos crimes financeiros que as autoridades dizem existir sem que se vejam os culpados acusados. É muito difícil compreender as razões pelas quais a Justiça não actuou no caso BPP. A dramática distância em relação aos Estados Unidos não pode ser explicada apenas pela diferença do quadro legal.

“Mais do que tudo, os portugueses precisam de exemplo”. António Barreto no discurso do 10 de Junho que deveria ser lido por todos nós. Um exemplo que tarda em muitos domínios, com especial relevo na Justiça, onde a acção tem especial importância na garantia da aplicação da lei. O BPP é suspeito, nas palavras do ministro das Finanças, de “operações fictícias em prejuízo dos clientes e falsificação contabilística”.

Que exemplo nos está a dar a Justiça quando João Rendeiro, o líder desse banco suspeito, tem o atrevimento de afirmar ao jornal “i” que o Governo alimentou “falsas esperanças” aos clientes do BPP e que não sabe “o que se andou a fazer durante estes seis meses”.

O que não se sabe de facto é o que tem andado a fazer o Ministério Público nestes últimos seis meses. No BPP como no BPN. É incompreensível que Oliveira e Costa do BPN esteja preso preventivamente há seis meses. E como é possível compreender que se tenham congelado “preventivamente”, dizem os comunicados, os bens de João Rendeiro e outros gestores do BPP passados quase sete meses após a intervenção no banco? É muito difícil discordar da solução que o ministro das Finanças escolheu para os clientes dos produtos de retorno absoluto. Na actual conjuntura, salvar o BPP era premiar o infractor - o que só se fez no auge da crise e para bancos que eram

“demasiado grandes para falir”, o que justifica a intervenção no BPN. A queda do BPN, é preciso recuar à época, desencadearia uma corrida aos depósitos do sistema bancário com efeitos mais catastróficos que a salvação do banco. E este é um facto, por muito que neste momento existam também suspeitas de que a decisão de nacionalizar foi também alimentada por razões de luta partidária, do PS contra o PSD. Uma suspeita alimentada por Vital Moreira quando ligou o PSD ao que designou como “roubalheira no BPN”.

O BPP é dez vezes mais pequeno que o BPN, não tinha praticamente depósitos, não envolvia qualquer risco de corrida aos depósitos nos outros bancos e teve problemas numa altura em que o mercado financeiro já se estava a acalmar.

Um Governo, seja ele qual for, não pode assumir a responsabilidade de pagar perdas em aplicações financeiras. Se o fizesse no caso BPP abria uma caixa de Pandora. Muitos outros investidores em fundos poderiam considerar que também tinham legitimidade de pedir o mesmo. Há mais casos de clientes, que não apenas do BPP, que consideram hoje que não foram devidamente informados do tipo de aplicação que estavam a fazer.

No BPP estamos perante um caso de polícia, e não face a um problema de liquidez que justificou as intervenções públicas nos bancos privados.

A decisão do Governo foi corajosa e racional. Deu um bom exemplo: os bancos também podem falir se os accionistas não os quiserem salvar. O Estado tem a obrigação de dar um outro e ainda mais importante exemplo: quem comete crimes é acusado e condenado. Os casos BPP e BPN estão há demasiado tempo nas mãos da Justiça sem que nada aconteça.

Marcelo critica moção de censura do CDS

Brincadeira. Ex-líder do PSD e comentador político refere que o CDS avançou com uma "jogada tacticista" ilógica a escassos meses de legislativas

A moção de censura anunciada pelo CDS/PP "é uma pura jogada tacticista que não tem a mínima lógica" num quadro de maioria absoluta e a dois/três meses de eleições legislativas, disse ontem Marcelo Rebelo de Sousa, pouco antes de intervir no congresso nacional das Misericórdias Portuguesas. Questionado pelos jornalistas, Marcelo reiterou que se a iniciativa do CDS/PP "é só para provocar um debate" haveria outras formas

de o fazer "sem brincar com a moção de censura". Defensor da candidatura da líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, a primeiro-ministro, considera que está "mais longe do que nunca", depois dos resultados das europeias, a hipótese de coligação entre PSD e CDS/PP.

"Neste momento, só há um cenário. Saber se nas próximas eleições ganha o PS ou o PSD. Já nenhum dos dois irá falar em blocos centrais", disse, afastando qual-



Marcelo Rebelo de Sousa

quer cenário de coligações no PSD. Relativamente ao discurso de Cavaco Silva no 10 de Junho, adjectivou-o de "muito duro e muito contundente para um período eleitoral. Esperar-se-ia talvez que o PR não fosse tão contundente. Mas ele quis dar expressão àquilo que vai no coração de muitos portugueses e, portanto, apesar de ser um período eleitoral, foi mais contundente do que se esperaria", disse.

O professor conclui ainda que o caso do BPN não fragilizou a imagem do Chefe do Estado. Pelo contrário, teve efeito "boomerang" para o PS e "funcionou mesmo em favor do PR", referiu Marcelo. ■L.B.

Alegações Finais Durval Padrão

gestor, líder dos clientes do 'retorno absoluto' do BPP

“Estou enterrado a 100% com as minhas poupanças”

■ RUDOLFO REBÉLO

Os clientes do BPP suspenderam ontem as acções de protesto, desmobilizaram-se. Porquê?

Fomos recebidos pelas autoridades, pelo ministro das Finanças, pelo Banco de Portugal e foi criada uma comissão de acompanhamento... Não vamos desistir dos nossos direitos.

Qual foi a atitude do ministro das Finanças?

Inqualificável! Tentou explicar-se, mas ninguém conseguiu perceber... No fundo, há cidadãos de primeira e de segunda. No caso do BPN houve produtos de retorno absoluto que foram transformados, à pressa, em depósitos! Quem o diz é a CMVM. Houve falhas de supervisão e as autoridades têm de assumir.

Qual foi a justificação de Teixeira dos Santos?

Alegou risco sistémico para a economia e disse que no meio da nacionalização se foi tudo...

O risco sistémico justifica tratamento diferenciado?

Há clientes que se sentem defraudados com o tratamento dispensado pelo Estado no caso do BPN e do BPP. Já dissemos ao ministro que há



HELEDER ALMEIDA CAPELA

“ A atitude do ministro das Finanças? Inqualificável! Tentou explicar-se, mas ninguém percebeu

empresas que no regresso de férias estarão fechadas.

O ministro foi sensível a esse argumento?

Encolheu os ombros.

Os clientes criticam a intervenção do Estado em Dezembro, quando deu aval a um empréstimo de 450 milhões de euros...

Houve privilégio a credores e quando e se avançarmos para os tribunais que património resta? Pagarão a uns e não a outros! Porquê? **Vão avançar com processos?**

Vamos ver. Isto é uma história com vários capítulos.

Está prevista a constituição de uma sociedade, gerida por bancos. Isto, para si, é pacífico?

A coisa não vai ser assim tão pacífica. Não sei se a solução apontada será exequível, já que não existe nada de concreto e ainda terá de ser trabalhada. Por exemplo, não sabemos se a adesão será obrigatória.

A sua exposição ao banco é grande?

Estou enterrado a 100%.

Quanto?

Essa parte é privada.

É empresário do Norte. Com que impressão é que ficou nos últimos dias?

Aprendi muito. Isto tem muito jogo de bastidores. É o que vejo.

Tem esperança de que a situação ainda possa inverter-se?

Em política nada é certo. O ministro garantiu que podíamos ficar sem o dinheiro, mas que os culpados serão penalizados. Não estou a ver como nem quando vai ser. ■